

## PET – INTERPROFISSIONALIDADE NA VIGILANCIA DA SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA SÍFILIS CONGÊNITA NO MUNICÍPIO DE CANOAS-RS

Marina Klein,<sup>1</sup> Amanda Guimarães,<sup>2</sup> Ana Paula Rosa,<sup>3</sup> Ana Clara Vargas,<sup>3</sup> Míria Camargo<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Acadêmica de Medicina da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra Canoas  
<sup>2</sup>Acadêmica de Biomedicina da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra Canoas  
<sup>3</sup>Acadêmicas de Enfermagem da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra Canoas  
<sup>4</sup>Professora Orientadora da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra Canoas

### INTRODUÇÃO

A sífilis congênita é o resultado da disseminação hematogênica do *Treponema pallidum*, da gestante infectada não-tratada ou inadequadamente tratada para o seu conceito, por via transplacentária. No Brasil, há a permanência de um grande problema de saúde pública: a transmissão vertical da sífilis.<sup>1</sup>

A sífilis congênita pode se manifestar logo após o nascimento, durante ou após os primeiros dois anos de vida da criança. Na maioria dos casos, os sinais e sintomas estão presentes já nos primeiros meses de vida. Ao nascer, a criança pode ter pneumonia, feridas no corpo, cegueira, dentes deformados, problemas ósseos, surdez ou deficiência mental. Em alguns casos, a sífilis pode ser fatal.

Conhecer o quantitativo de crianças afetadas pela sífilis e suas tendências para subsidiar as ações de prevenção e controle é uma das atividades de vigilância realizada pelo PET-Interprofissionalidade.

### OBJETIVO

Avaliar a prevalência da sífilis congênita no município de Canoas nos anos de 2008 a 2018.

### METODOLOGIA

Estudo transversal retrospectivo, com abordagem quantitativa, realizado no Núcleo de Vigilância Epidemiológica. A coleta de dados ocorreu em março de 2019 com as informações compiladas das fichas do SINAN.

### RESULTADOS

Em 2008 foram notificados 10 casos de sífilis congênita em crianças menores de um ano, e em 2018 informados 181 casos foram notificados, apresentando um crescimento de 1810% casos.

Conforme o gráfico 1, nota-se um crescimento ao longo dos anos na última década.

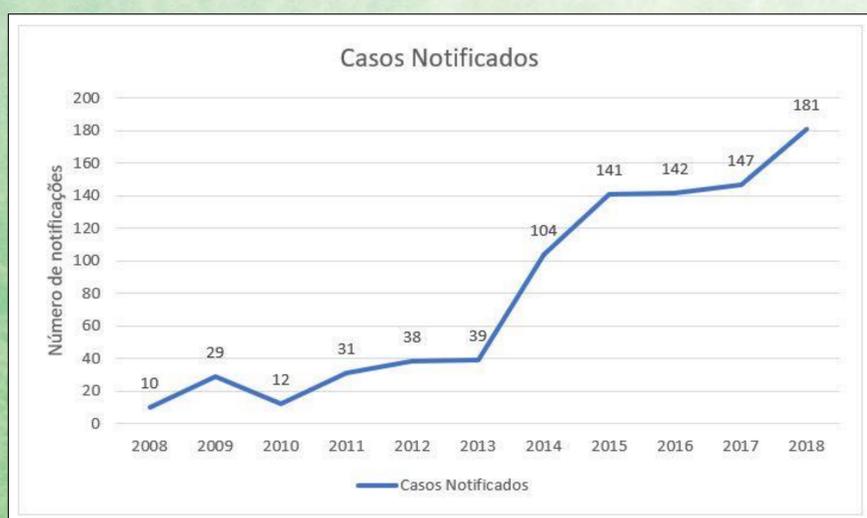


Gráfico 1: Número de casos de sífilis congênita notificados de 2008 a 2018.

Fonte: SINAM

Analisando o gráfico 2, na maioria dos anos de 2008 a 2018, observou-se um crescimento percentual do número de notificações dos casos de sífilis congênita no município de Canoas. Em apenas 4 anos houve uma redução percentual do número de notificações. No entanto, ainda que tenha ocorrido diminuição percentual em 4 dos 10 anos analisados, sempre houve aumento do número de casos a partir de 2010.

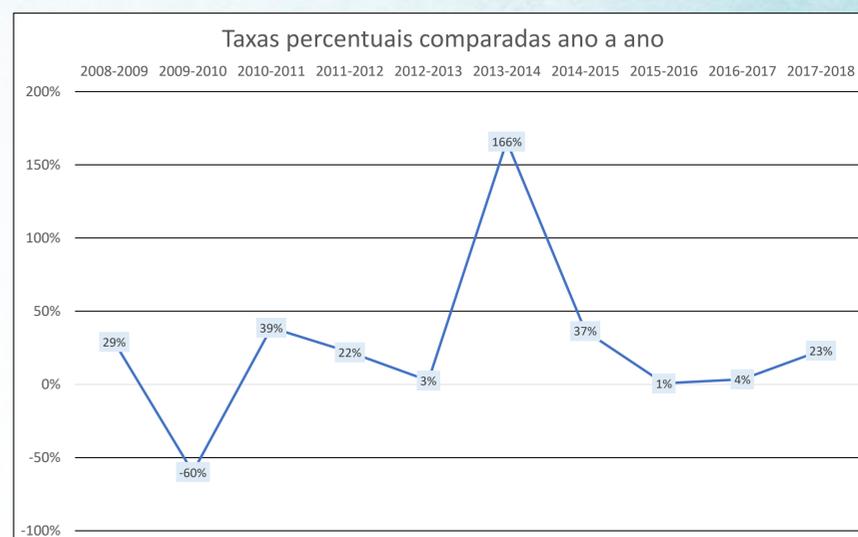


Gráfico 2: crescimento percentual anual de sífilis congênita no município de Canoas de 2008 a 2018.. Fonte: SINAM

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento do número de casos notificados decorre da abrangência das políticas públicas que proporcionaram diagnóstico, notificação, tratamento. O crescente número é um destaque para a necessidade de políticas públicas intervencionistas de modo a minimizar o número de sífilis congênita, visto que é um agravo 100% prevenível, o qual é um sério problema de saúde pública em Canoas e no Brasil. Destaca-se a importância da criação de programas interprofissionais como o PET-Saúde que abordem de forma holística a sífilis, a fim de que as notificações sigam imprescindíveis.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. Diretrizes para controle da sífilis congênita: manual de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST/Aids. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006
2. Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan  
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinanwin/cnv/sifilirs.def>
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan: normas e rotinas / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007

CONTATO: marinaklein@rede.ulbra.br